

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	19
<b>Capítulo I</b>	
<b>¿PRESUPUESTOS PROCESALES? ADMISIBILIDAD Y FUNDABILIDAD EN LA DOGMÁTICA PROCESAL CIVIL ALEMANA: REVISIÓN CONTEMPORÁNEA</b> .....	21
<i>Alvaro Pérez Ragone</i>	
I. Introducción .....	21
II. Antecedentes de la discusión en la dogmática procesal alemana del siglo XIX .....	22
III. Nociones, términos y clasificaciones: lo difuso de la claridad en torno a los “presupuestos procesales” .....	26
IV. El proceso civil y las bases constitucionales de la relación demandante-demando-tribunal .....	27
V. Rol e importancia de los requisitos procesales en una visión contemporánea desde el proceso civil alemán .....	28
VI. Las características del juicio de admisibilidad .....	31
VII. Crítica contemporánea a la teoría de los presupuestos procesales .....	35
VIII. Conclusiones .....	43
<b>Capítulo II</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO PROCESSUAL DO DUPLO GRAU</b> .....	45
<i>Ana Cândida Menezes Marcato</i>	
1. Introdução .....	45
2. Princípios .....	45
2.1. Conceituações .....	45
2.2. Diferenciação básica entre princípios e regras .....	47
2.3. Princípios processuais .....	51
2.3.1. Princípios gerais .....	51
2.3.2. Princípios constitucionais .....	53
3. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição .....	56
3.1. Conceito .....	56
3.2. O duplo grau como princípio e garantia constitucional .....	59
3.3. Duplo grau como princípio – desdobramentos práticos .....	63
<b>Capítulo III</b>	
<b>O PROCESSO JUDICIAL COMO ELEMENTO INTEGRATIVO DO DIREITO LITIGIOSO</b> .....	67
<i>Antonio Adonias Aguiar Bastos</i>	
1. Introdução .....	67

2. Compreensão, interpretação e aplicação à luz da hermenêutica fenomenológica.....	69
3. O Direito como ação comunicativa e a contribuição da teoria dos sistemas .....	73
4. O processo judicial como elemento integrativo do Direito.....	80
5. Conflitos entre princípios. Insuficiência do modelo metodológico tradicional .....	88
6. Conclusão.....	91
Referências.....	91

#### Capítulo IV

<b>INTERESSE AD AGIRE E ‘ZONE DI INTERESSE’ .....</b>	<b>95</b>
---	-----------

*Antonio do Passo Cabral*

1. Condizioni dell’azione e diritto materiale.....	95
2. Interesse ad agire tra passato e presente: dal bisogno di tutela alle zone d’interesse.....	97
2.1. Interesse ad agire: necessità, adeguazione o utilità?.....	98
2.2. Da avversari a co-giocatori: soluzioni cooperative, richieste congiunte, interessi simultaneamente contrapposti e comuni.....	101
2.3. L’interesse giuridico degli intervenuti e i soggetti “disinteressati”. L’attuazione imparziale basata sull’interesse pubblico.....	102
2.4. I problemi della teoria tradizionale sull’interesse ad agire .....	103
2.5. L’insufficienza dell’interesse ad agire nella disciplina degli interventi di terzi.....	106
2.6. Zone d’interesse .....	108
2.6.1. Segue. Applicazioni nella tutela di accertamento. Le Vorfragen....	110
2.6.2. Segue. Altre applicazioni delle zone d’interesse. Diritti condizionati, fattispecie di formazione progressiva, procedimenti probatori senza periculum in mora, indefinizione soggettiva, ecc.....	115
3. Breve conclusione .....	116

#### Capítulo V

<b>ESBOÇO DE UMA TEORIA PROCESSUAL DO DIREITO.....</b>	<b>117</b>
--	------------

*Darci Guimarães Ribeiro*

1. Necessidade, bem e interesse .....	117
2. Conflito de interesses .....	125
3. Direito objetivo .....	129
4. Dupla função do ordenamento jurídico.....	130
4.1. Função psicológica.....	130
4.2. Função judicial.....	136

#### Capítulo VI

<b>TEORIA DO PROCESSO E DISCURSO NORMATIVO: DIGRESSÕES DEMOCRÁTICAS.....</b>	<b>137</b>
--	------------

*Dhenis Cruz Madeira*

SUMÁRIO

1. Considerações iniciais.....	137
2. O espaço do soberano e sua incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito .....	138
3. A Constituição como expressão normativo-política .....	141
4. As normas constitucionais como demarcadoras do discurso jurídico.....	144
5. O Estado Democrático de Direito: uma escolha brasileira .....	148
6. A Teoria do Processo como <i>medium</i> lingüístico do discurso normativo.....	149
7. Considerações finais.....	156

**Capítulo VII**

**POR UM PARADIGMA DEMOCRÁTICO DE PROCESSO .....** 159

*Dierle José Coelho Nunes*

*Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia*

1. Discussões iniciais .....	159
2. A questão da oralidade .....	167
3. A atualização dos profissionais – sua formação continuada .....	169
4. A questão das rotinas administrativas e da gestão processual.....	170
5. Considerações finais.....	176
Referência Bibliográfica .....	177

**Capítulo VIII**

**CRÍTICA À RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA .....** 181

*Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*

1. Introdução .....	181
2. Fundamento político e função da coisa julgada .....	182
3. O “status” constitucional da coisa julgada e o alcance do artigo 5º, XXXVI, da Constituição da República.....	184
4. “Relativização” da coisa julgada.....	187
5. “Coisa julgada inconstitucional”.....	197
6. Tentativas de relativização da coisa julgada .....	208
6.1. Ampliação das hipóteses de rescisão das decisões com trânsito em julgado.....	208
6.2. Arguição da inconstitucionalidade da decisão em impugnação (art. 475-L, § 1º, do CPC) ou embargos à execução (art. 741, Parágrafo único, do CPC).....	210
7. Conclusão.....	214

**Capítulo IX**

**UMA ARQUEOLOGIA DAS CIÊNCIAS DOGMÁTICAS DO PROCESSO ....** 215

*Eduardo José da Fonseca Costa*

1. Introdução .....	215
2. Analítica Processual Civil.....	217
3. A Hermenêutica Processual Civil.....	221
4. A Pragmática Processual Civil .....	227

5. A Pragmática Processual Construtiva .....	229
6. A Pragmática Processual Compreensiva .....	232
7. A Pragmática Processual Acional.....	235
8. Conclusão.....	239
Bibliografia .....	240

**Capítulo X**

<b>NULIDADES E MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO .....</b>	<b>243</b>
--	------------

*Flaviane de Magalhães Barros*

Introdução .....	243
1. A compreensão da relação entre Constituição e processo a partir da noção de modelo constitucional de processo .....	244
2. Por uma teoria das nulidades adequada ao modelo constitucional de processo ....	246
3. Por uma interpretação constitucionalmente adequada do interrogatório por videoconferência definido pela lei 11.900/2009 .....	250
Conclusão.....	254
Referências bibliográficas.....	256

**Capítulo XI**

<b>TEORIA DO PROCESSO E TEORIA DO DIREITO: O NEOPROCESSUALISMO.....</b>	<b>257</b>
---	------------

*Fredie Didier Jr.*

**Capítulo XII**

<b>EFICÁCIA SOBREPRINCIPAL DO DEVIDO PROCESSO JURÍDICO PROCEDIMENTAL (PERSPECTIVA ANALÍTICO-FUNCIONAL) .....</b>	<b>265</b>
--	------------

*Gabriel Pintaúde*

Introdução .....	265
I. <i>Substantive due process e procedural due process</i> .....	270
II. Subprincípios constitucionais (in)formadores do <i>due process of law</i> .....	276
III. Devido processo jurídico procedimental como sobreprincípio constitucional e a rearticulação eficaz.....	284
IV. Casos do Supremo Tribunal Federal .....	289
Conclusões .....	292

**Capítulo XIII**

<b>BASES PARA UMA ATUAL TEORIA GERAL DO PROCESSO: AS TÉCNICAS PROCESSUAIS A SERVIÇO DO ACESSO À JUSTIÇA COMO TUTELA JURISDICCIONAL ADEQUADA .....</b>	<b>297</b>
---	------------

*Gisele Santos Fernandes Góes*

**Capítulo XV**

<b>SIR EDWARD COKE E O JUDICIAL REVIEW INGLÊS: BREVE HISTÓRIA .....</b>	<b>307</b>
---	------------

*Gustavo Santana Nogueira*

SUMÁRIO

1. Introdução .....	307
2. <i>Sir Edward Coke e o Bonham's Case</i> .....	308
3. <i>Judicial Review</i> no direito inglês e norte-americano .....	319
4. Conclusões .....	322
5. Bibliografia.....	323

**Capítulo XVI**

<b>A CLÁUSULA DA ORDEM PÚBLICA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL E NO DIREITO COLISIONAL – SUA RELEVÂNCIA E SEU FUTURO NO DIREITO INTERNACIONAL ....</b>	<b>325</b>
--	------------

*Hartmut-Emanuel Kayser*

1. O conceito da ordem pública .....	325
2. Âmbito de aplicação no direito internacional privado e no direito processual civil internacional.....	326
3. Finalidade da cláusula.....	327
4. A cláusula da ordem pública no Direito Processual Civil Internacional e no Direito Colisional – <i>pressupostos fáticos</i> e conseqüências jurídicas .....	329
5. A cláusula da ordem pública na jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e do Superior Tribunal de Justiça da Alemanha .....	330
6. Crítica na literatura.....	332
7. Considerações político-jurídicas e conclusão .....	336

**Capítulo XVII**

<b>AS SITUAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS E O PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>339</b>
--	------------

*Helena Abdo*

1. Introdução .....	339
2. As teorias sobre a natureza jurídica do processo e a origem do estudo acerca das situações jurídicas subjetivas processuais.....	340
3. As situações subjetivas processuais em sua concepção atual .....	344
4. Projeções práticas do estudo das situações subjetivas processuais.....	350

**Capítulo XVIII**

<b>O QUE É “DEVIDO PROCESSO LEGAL”?.....</b>	<b>353</b>
--	------------

*Humberto Ávila*

Introdução .....	353
1. A instituição de princípios e suas implicações.....	353
1.1. O dever de realização dos princípios .....	353
1.2. O dever de proteção da realização dos princípios.....	356
2. A previsão do “devido processo legal” e seu significado.....	358
2.1. “Devido processo legal substancial”.....	358
2.2. “Devido processo legal procedimental”.....	359
Conclusão.....	361

<b>Capítulo XIX</b>	
<b>A MEDIAÇÃO E A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS</b>	
<b>NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. O “JUIZ HERMES”</b>	
<b>E A NOVA DIMENSÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL.....</b>	363
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
<i>Karol Araújo Durço</i>	
Bibliografia .....	389
<b>Capítulo XX</b>	
<b>O NEOPRIVATISMO NO PROCESSO CIVIL .....</b>	393
<i>José Carlos Barbosa Moreira</i>	
<b>Capítulo XXI</b>	
<b>OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO: REFLEXÕES SOBRE O TEMA ....</b>	405
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1. A cognição judicial e a formação dos procedimentos.....	405
2. O objeto litigioso e sua ligação com o estudo das questões, da preclusão, da coisa julgada e da declaração incidente.....	408
3. Objeto litigioso e o conceito de mérito .....	419
<b>Capítulo XXII</b>	
<b>A INFLUÊNCIA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO</b>	
<b>NO RAMO PROCESSUAL: NEOPROCESSUALISMO OU PROCESSO</b>	
<b>CONSTITUCIONAL? INDEPENDENTE DA NOMENCLATURA</b>	
<b>ADOTADA, UMA REALIDADE INQUESTIONÁVEL.....</b>	427
<i>José Herval Sampaio Júnior</i>	
1. Delimitação do tema e considerações iniciais sobre a constitucionalização do direito .....	427
2. Neoprocessualismo: compreensão hodierna. ....	430
3. A Jurisdição como protetora dos direitos no caso em concreto .....	433
4. O modelo constitucional de processo e as garantias constitucionais processuais.....	436
5. Peculiaridades de cada ramo processual e sua relação com as garantias constitucionais processuais.....	443
6. Processo Constitucional como método hodierno de trabalho dos processualistas .....	448
Conclusões .....	453
Referências.....	454
<b>Capítulo XXIII</b>	
<b>LA EXCEPCIÓN DE TRANSACCIÓN Y OTRAS CUESTIONES</b>	
<b>PROCESALES (APUNTES SOBRE LA SENTENCIA EXPEDIDA</b>	
<b>EN VIRTUD DEL PRIMER PLENO CASATORIO EN MATERIA CIVIL).....</b>	457
<i>Juan Monroy Palacios</i>	

SUMÁRIO

1. Impossibilidade de resolver la cuestión casatoria a partir del art. 453 .....	458
2. La presunta inconstitucionalidad del art. 400 CPC .....	460
3. Aspectos críticos de la decisión suprema.....	462
3.1. Una contradicción insuperable.....	462
3.2. ¿Quién puede ser titular de una demanda indemnizatoria por daño ambiental?.....	463
3.3. Una interpretación innecesariamente forzada.....	464
3.4. ¿Qué remedios existen contra una transacción? .....	466
<b>Capítulo XXIV</b>	
<b>CONCEITO E FUNDAMENTO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS .....</b>	<b>469</b>
<i>Leonardo José Carneiro da Cunha</i>	
1. Conceito de <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	469
2. Requisitos para que se produza a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	472
3. O momento determinante da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	475
4. Cessação da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	476
5. Conteúdo da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	478
5.1. Estado de fato.....	479
5.2. Estado de direito .....	481
6. Fundamento da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	483
6.1. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e a segurança jurídica.....	484
6.2. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e a garantia do juiz natural.....	488
6.3. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e o princípio da economia processual.....	493
6.4. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e o princípio da duração razoável.....	494
7. Nota conclusiva sobre o conceito e o fundamento da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	497
<b>Capítulo XXV</b>	
<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL: NOVAS ORIENTAÇÕES .....</b>	<b>499</b>
<i>Lorenzo M. Bujosa Vadell</i>	
1. Introdução .....	499
2. Constitucionalização .....	500
2.1. As garantias constitucionais do processo penal: algumas insuficiências da lei processual.....	501
2.2. O problema do acusatório no processo espanhol e a eterna? reforma do processo penal .....	504
2.3. As vias excepcionais: um processo penal do inimigo?.....	507
3. Internacionalização .....	509
3.1. A internacionalização das garantias .....	509
3.2. A internacionalização dos tribunais .....	511
3.3. A relativização do julgado interno .....	512
3.4. O espaço judiciário europeu.....	512
3.4.1. A aproximação legislativa: em direcção ao processo penal europeu? .....	514

3.4.2. O reconhecimento mútuo de resoluções penais em Europa .....	515
4. Justiça restaurativa e desjudicialização .....	517
4.1. O princípio da oportunidade no processo penal .....	518
4.2. A mediação penal .....	519
4.3. Particular referencia ao processo penal do menor .....	521
5. O eterno? Problema da eficácia do processo penal .....	522

#### Capítulo XXVI

<b>BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PRINCÍPIO DA PROIBIDADE NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....</b>	<b>525</b>
--	------------

*Lúcio Grassi de Gouveia*

Introdução .....	525
1. O dever de proibidade no processo civil. ....	526
2. A variedade de sanções punitivas no ordenamento jurídico brasileiro .....	529
Conclusão.....	530
Referências.....	530

#### Capítulo XIV

<b>APROXIMAÇÃO CRÍTICA ENTRE AS JURISDIÇÕES DE CIVIL LAW E DE COMMON LAW E A NECESSIDADE DE RESPEITO AOS PRECEDENTES NO BRASIL .....</b>	<b>533</b>
--	------------

*Luiz Guilherme Marinoni*

1. Introdução .....	533
2. O <i>common law</i> : as teorias declaratória e constitutiva da jurisdição .....	534
3. <i>Common law</i> e <i>stare decisis</i> .....	539
4. Criação judicial do direito em virtude da omissão do legislativo? .....	540
5. Criação judicial do direito como consequência do <i>stare decisis</i> ? .....	541
6. Verdadeiro significado da <i>law-making authority</i> .....	542
7. Da “ <i>supremacy of the English parliament</i> ” ao “ <i>judicial review</i> ” estadunidense... ..	544
8. Um esclarecimento: os diferentes significados de “supremacia do parlamento” na Inglaterra e na França .....	548
9. A superação do jusnaturalismo racionalista pelo positivismo e as concepções de juiz <i>make law</i> e de juiz <i>bouche de la loi</i> .....	550
10. O juiz como “ <i>bouche de la loi</i> ” .....	551
11. O problema da interpretação da lei no <i>civil law</i> .....	555
12. A certeza jurídica como garantia da segurança .....	558
13. O individualismo do juiz do <i>civil law</i> .....	559
14. O impacto do constitucionalismo no <i>civil law</i> .....	561
15. O controle da constitucionalidade da lei no Brasil.....	565
16. A adoção do sistema de controle difuso da constitucionalidade e a imprescindibilidade do <i>stare decisis</i> .....	567
17. O juiz diante dos conceitos indeterminados e das regras abertas.....	575
18. <i>Judge make law</i> e decisão judicial, na ausência de lei, na <i>civil law</i> .....	578
19. O Superior Tribunal de Justiça e a uniformidade da interpretação do direito federal.....	584



SUMÁRIO

20. A aproximação entre os sistemas do <i>civil law</i> e do <i>common law</i> e a imprescindibilidade de respeito aos precedentes no direito brasileiro .....	586
---	-----

**Capítulo XXVII**

<b>ESTUDO SISTEMÁTICO DO OBJETO E DAS FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO .....</b>	<b>589</b>
---	------------

*Mantovanni Colares Cavalcante*

1. O Direito como ciência da compreensão .....	589
2. Objeto do Direito Processual Civil .....	590
3. Fontes do Direito Processual Civil.....	595
3.1. A Constituição Federal.....	596
3.2. O Código de Processo Civil.....	599
3.3. As leis processuais .....	602
3.4. A analogia .....	603
3.5. Os costumes .....	605
3.6. Os princípios gerais de Direito .....	607
3.7. A jurisprudência.....	608
3.8. A doutrina.....	610
Bibliografia .....	611

**Capítulo XXVIII**

<b>CONTRIBUIÇÕES PARA UMA TEORIA DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO E DO PROCESSO CONSTITUCIONAL A PARTIR DO CASO BRASILEIRO .....</b>	<b>615</b>
--	------------

*Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira*

Referências bibliográficas.....	642
---------------------------------	-----

**Capítulo XXIX**

<b>IL DIVIETO DI MENZOGNA E DI RETICENZA PROCESSUALE DELLE PARTI NELLA DOTTRINA E NELLA GIURISPRUDENZA ITALIANA .....</b>	<b>645</b>
---	------------

*Marco Gradi*

1. La <i>communis opinio</i> della dottrina intorno all'obbligo di verità e completezza delle parti .....	645
2. La dottrina favorevole al riconoscimento dell'obbligo <i>de veritate</i> delle parti...	647
3. L'esame della giurisprudenza in tema di mala fede processuale .....	650
4. L'esame della giurisprudenza in tema di dolo revocatorio .....	654
5. Conclusioni .....	657

**Capítulo XXX**

<b>IL GIUDICE NATURALE PRINCIPIO FONDAMENTALE A LIVELLO EUROPEO .....</b>	<b>659</b>
---	------------

*Nicola Picardi*

I. Alle origini della nozione di giudice naturale.....	659
II. Le variabili nella tradizione giuridica europea.....	669
III. Il giudice naturale, principio fondamentale a livello europeo.....	691

<b>Capítulo XXXI</b>	
<b>STATUTORY LAW AND THE JUDICIAL FUNCTION .....</b>	<b>701</b>
<i>Oskar Bulow</i>	
Preface.....	701
I. The Relationship Between Statute and Judicial Decision.....	704
II. Differences Between Legislative and Judicial Legal Determinations .....	707
III. The Law-Creating Task of the Judiciary in the History of Law.....	709
IV. The Judicial Law Within Today's Statutory Law.....	714
V. Closing Considerations .....	720
<b>Capítulo XXXII</b>	
<b>O MANTO DIÁFANO DA PERSONALIDADE JUDICIÁRIA.....</b>	<b>723</b>
<i>Paula Costa e Silva</i>	
1. A homenagem.....	723
2. Observações gerais.....	724
3. Dr Jeckill e Mr. Hide: quem é quem e quem fica vinculado ao quê?.....	729
4. O caso particular das sucursais, agências, filiais, delegações e representações.	741
5. A sanção da falta de personalidade judiciária das sucursais, agências, filiais, del- egações e representações.....	746
6. Balanço final.....	748
<b>Capítulo XXXIII</b>	
<b>SITUAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS.....</b>	<b>749</b>
<i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>	
1. Introdução .....	749
2. Noções preliminares: norma, fato jurídico e eficácia jurídica.....	749
3. As situações jurídicas.....	752
4. A situação jurídica como conceito lógico-jurídico.....	753
5. Tipologia das situações jurídicas.....	754
6. O transporte do conceito de situação jurídica para o direito processual .....	756
7. O fato jurídico processual e as situações jurídicas processuais .....	757
7.1. Qualidades processuais .....	762
7.2. Poderes processuais .....	762
7.3. Relações jurídicas processuais.....	764
7.3.1. Objeções à noção de processo como relação jurídica processual	765
7.3.2. Análise crítica.....	766
8. Conclusão.....	767
Bibliografia .....	768
<b>Capítulo XXXIV</b>	
<b>PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA TUTELA COLETIVA. A CONTRI- BUIÇÃO DA FILOSOFIA POLÍTICA A PARTIR DE HANNAH ARENDT .....</b>	<b>771</b>
<i>Rafael Felgueiras Rolo</i>	

SUMÁRIO

1. Introdução .....	771
2. O processo como ambiente político. O Acesso à Justiça. Filosofia-Política segundo Hannah Arendt.....	773
2.1. Considerações iniciais.....	773
2.2. O Conceito de Política. Repúdio à relação entre meios e fins .....	773
2.3. A separação entre política e filosofia. Distinções entre <i>práxis</i> e <i>teoria</i> e a legitimação da teoria da relação entre meios e fins após a morte de Sócrates.....	775
2.4. A democratização do ambiente político .....	776
2.5. Processo coletivo e a função política da jurisdição .....	779
3. Pressupostos processuais coletivos. Críticas.....	781
3.1. Considerações iniciais.....	781
3.2. “Pressupostos processuais” específicos das ações coletivas .....	781
3.3. Natureza Jurídica dos <i>Prerequisites</i> da <i>Rule 23(a)</i> , segundo a teoria do fato jurídico.....	783
3.3.1. Pressupostos processuais de existência. <i>Numerosity</i> e <i>Common Question</i> .....	783
3.3.2. Requisito processual de validade – Adequada Representação ....	785
3.3.3. Tipicidade – Requisito de validade da adequada representação.....	788
3.4. Função das hipóteses de cabimento da <i>Rule 23(b)</i> para o entendimento da classificação do art. 81, parágrafo único do CDC.....	789
4. Conclusão.....	793

**Capítulo XXXV**

**NOTAS ACERCA DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....**

<i>Robson Renault Godinho</i>	
1. Introdução .....	795
2. Capacidade postulatória e pressupostos processuais.....	798
3. A capacidade postulatória do Ministério Público para suas atividades finalísticas.....	802
4. A capacidade postulatória do Ministério Público para a defesa de suas prerrogativas .....	809
5. Considerações finais.....	813

**Capítulo XXXVI**

**A VERDADE COMO OBJETIVO  
DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....**

<i>Soraya Gasparetto Lunardi</i> <i>Dimitri Dimoulis</i>	
1. Introdução .....	815
2. A certeza do julgador e sua irrelevância filosófica.....	817
3. Teses (necessárias e controvertidas) sobre a formação do conhecimento.....	818
4. Limitações do processo probatório e o problema filosófico da verdade .....	820

5. A verdade como pressuposto da atividade probatória.....	822
6. Regras de prova independentes da verdade .....	825
7. Conclusão.....	829
Bibliografia .....	830

**Capítulo XXXVII**

**O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E O INSTITUTO**

<b>DA PRECLUSÃO: A SUPPRESSIO PROCESSUAL .....</b>	<b>833</b>
--	------------

*Talita Romeu*

1. Introdução .....	833
2. O princípio da boa-fé objetiva.....	834
3. A vedação ao <i>venire contra factum proprium</i> .....	837
4. A <i>suppressio</i> ( <i>verwirkung</i> ) e a <i>surrectio</i> ( <i>erwirkung</i> ) .....	842
5. A aplicação do princípio da boa-fé ao processo civil.....	847
6. O princípio da boa-fé, o contraditório e a cooperação entre os sujeitos processuais.....	849
7. A preclusão como técnica para realização do princípio da boa-fé no processo civil .....	853
8. A <i>suppressio</i> processual .....	855
9. A <i>suppressio</i> do juízo de admissibilidade do processo .....	858
10. Conclusão.....	864
11. Bibliografia.....	868